

A ANTROPOLOGIA QUE A DEMOCRACIA PRODUZIU*

por

João de Pina Cabral**

Não pretendo aqui abordar qualquer problemática específica, mas fazer um apanhado de como vejo a forma como a evolução da antropologia em Portugal tem ocorrido nos últimos vinte anos. Assim, a presente conferência tenta corresponder a essa necessidade de refletirmos um pouco sobre como é que a nossa disciplina está a sobreviver e como é que chegou aqui.

Em primeiro lugar, vou propor-vos uma caracterização de grandes períodos de evolução; em segundo lugar, tentar mostrar como estes períodos se sobrepõem nas vivências das pessoas. Porque enquanto que a sociedade muda continuamente, os seres humanos seguem-se uns aos outros espaçadamente. Cada um de nós tem um projecto individual, que constrói no início da sua vida; e depois, chegado ao fim dessa carreira, ela termina, e vêm outras pessoas, que têm novos projectos, construídos em tempos diferentes. A temporalidade que nós podemos ver numa sociedade, e que é uma temporalidade contínua, vista ao nível de projectos científicos, é uma temporalidade feita de arranques, de espaços delimitados. E isso sente-se em situações como aquela que nós tivemos no Portugal dos anos setenta e oitenta, em que gerações distintas, com projectos distintos, se confrontavam. Esse processo de sobreposição de projectos científicos radicados em vivências diferenciadas é bastante importante. Gostava de vos falar desse entrecruzamento de projectos científicos, de pessoas que se iniciaram antes do 25 de Abril, de pessoas que se iniciaram depois do 25 de Abril, e, agora, uma última geração,

* Transcrição da conferência pronunciada em Março de 1997 no Porto, no Centro Unesco, aquando do lançamento do livro "Recuperar o Espanto: o Olhar da Antropologia" (Afrontamento, 1997) e da assinatura de um protocolo de cooperação entre a APA e a SPAE. O trabalho de transcrição esteve a cargo do director desta revista, tendo sido ulteriormente revisto pelo autor. Foi deliberadamente mantido o tom de oralidade e de desinibição próprio de um discurso deste género, permitindo ao leitor "sentir-se" a escutar a própria conferência.

** Presidente do Conselho Científico do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Reitor da Universidade Atlântica (1996-1997). Presidente da Associação Portuguesa de Antropologia (1987-1989).

cujo ponto de referência já não é o 25 de Abril, e que está a começar a produzir coisas, na minha opinião, do maior interesse. Em seguida queria falar-vos um pouco da institucionalização da disciplina. Finalmente, para terminar, farei algumas considerações, por um lado, sobre como eu vejo as novas etnografias que estão a surgir em Portugal e, por outro lado, tentar refletir um pouco convosco sobre a forma como a antropologia se insere no panorama científico português de hoje. É muita coisa, vamos ver em que medida é que vou ser capaz de cobrir esses pontos todos.

Se tentarmos caracterizar a evolução da antropologia recente em Portugal, temos que o fazer em relação com o que se passava antes. As mudanças na ciência estão profundamente ligadas às mudanças nas condições da sua prática. Os cientistas são agentes sociais activos e, portanto, os seus interesses são movidos pelo mundo em que se situam; os contextos em que realizam os seus trabalhos são contextos delimitados, marcados pelas problemáticas do mundo em que vivem.

Para compreendermos a evolução da antropologia portuguesa no nosso século – e já não só nos últimos vinte anos – é preciso ter em conta dois factores, um interno, outro externo. Em primeiro lugar, a importância da relação entre a antropologia e o Estado português: a forma como o nosso Estado foi construindo um discurso sobre o que é “ser português” – ou seja, uma referência a um discurso interno. Em segundo lugar, a situação geopolítica, a situação do contexto político português em termos globais. Dirão que isso não tem grande influência na antropologia; pois eu poderia mostrar-vos que sim, e acho que está mais que provado, por colegas que têm feito a história da antropologia, que realmente há uma relação bastante directa entre a forma como os antropólogos vão constituindo a sua visão dos respectivos objectos de estudo e as grandes mudanças geopolíticas que os circundam.

Assim, temos dois projectos científicos que surgem nos finais do século passado e que estão sujeitos a nomes diferentes. Esta é uma das questões que, durante muito tempo, foi problemática. Hoje em Portugal, felizmente, já não é, como a presente assinatura deste acordo entre a APA e a SPAE mostra. Mas ainda agora, na Alemanha, o problema levanta-se: a diferença entre a “etnologia” e a “antropologia”, ou *Volkerkunde* e *Volkskunde*, é uma realidade prática, que está a dar azo a todo um conflito geracional. Entre nós, hoje em dia, a questão desapareceu. O processo do desaparecimento dessa polaridade terminológica merece alguma atenção. Na verdade, nos finais do século passado, quando se falava em antropologia, estava-se a falar de uma grande ciência do homem, mas dominada por aquilo que nós hoje chamaríamos preocupações de natureza biológica. Enquanto que a etnologia (ou o folclore), surge como uma disciplina virada para o “estudo dos povos”, muito inserida num projecto nacionalista burguês claramente

identificado. Já vários dos nossos autores têm falado sobre isso e eu vejo que o artigo do Augusto Santos Silva inserido no livro hoje aqui apresentado é uma interessante reflexão sobre esta questão: sobre a relação entre a etnologia e o conceito de “povo”, e a forma como a etnologia refletia essa própria preocupação de uma identidade interior.

Os projectos científicos de uma “antropologia” – a abrangente ciência do homem – e de uma “etnologia” – a ciência do povo, da nação – vão enfraquecendo durante o período republicano. Quando são refeitos, no início do Estado Novo, estão sujeitos a práticas científicas muito marcadas por limitações de natureza política e muito caracterizadamente descritivas. Penso na antropologia e etnologia de entre os anos 30 e 50. Nessa época, quando se falava de antropologia, isso ainda significava antropologia física e particularmente antropologia física virada para o estudo de povos coloniais. Havia um grande projecto, liderado por Mendes Corrêa, de estudo dos povos coloniais portugueses, como também de análise de populações marginais em Portugal. Quanto à etnologia, ela era largamente descritiva e muito virada para preocupações de natureza até, em certos extremos, propagandística.

É importante vincarmos que é no momento em que há uma necessidade sentida em Portugal de refletir, de alterar o projecto colonial português (e é nos finais dos anos 50, perante uma mudança importante na situação geopolítica global), que vamos encontrar a necessidade de reconstituir um discurso antropológico. E é então que verificamos as primeiras referências a uma antropologia concebida como nós a encaramos hoje, mais como uma ciência social e cultural e menos como uma antropologia biológica. Por outro lado vamos vendo progressivamente o termo antropologia tornar-se mais importante do que o termo “etnologia”. Pessoas como, por exemplo, Jorge Dias, decidiram reclassificar-se. Ele, que tinha sido sempre um “etnólogo”, passou a chamar-se a si próprio “antropólogo”. Era um projecto muito marcado – particularmente no caso deste último autor – por uma influência americana. E é importante apontar que a antropologia desse período (anos sessenta e setenta) é bem mais produtiva do que, durante muito tempo, a minha geração pensou. Isto é, nós, que começámos o nosso trabalho depois do 25 de Abril, tínhamos uma relativa ignorância sobre muito desse trabalho anterior. Essa ignorância era largamente motivada por uma discordância de natureza política, das próprias referências que marcaram cada época. Mas houve muito trabalho feito, muito trabalho até que nunca foi publicado (não tanto em Portugal, onde durante a década de 60 a antropologia/etnologia estava relativamente dormente, mas em África, onde foi motivado por questões de natureza política. É importante referir que houve estudos, por exemplo, sobre a religião ou as autoridades tradicionais, hoje largamente desconhecidos. Esses trabalhos eram muito marcados pela ligação de uma “antropologia aplicada” ao

regime colonial, mas havia uma grande actividade, e isso é algo que não devemos esquecer, porque chegou porventura a altura em que podemos começar a reler esses textos e a colher o que neles possa haver de valioso. Por exemplo, em relação a Moçambique, houve grandes levantamentos sobre as autoridades tradicionais que são pouco conhecidos, mas que voltam a ter grande relevância, agora que as estruturas políticas africanas estão de novo em processo de reconstituição, e toda uma nova atenção está a ser dada às entidades políticas tradicionais.

No momento do 25 de Abril surgiu uma nova geração de antropólogos, que se chamam já mesmos a si “antropólogos” ou “antropólogos sociais” (o que está relacionado com escolas distintas). Ainda nos anos oitenta a diferença entre os que se chamavam antropólogos “sociais” e “culturais” era bastante marcada. Creio que agora, nos anos noventa, também essa dicotomia já não é tão significativa.

Por outro lado, e era este o aspecto que eu queria frisar, não houve uma quebra institucional. As instituições antropológicas que tinham sido constituídas nos anos cinquenta, ou as que pré-datavam esse período (originadas nos anos trinta) continuaram a sua existência. Não ocorreram grandes cortes institucionais. Por exemplo, a instituição monopolística que era o ISCSPU, esteve sujeita a um processo interno de grande conflitualidade e alteração. Mas a verdade é que, pouco tempo depois, as pessoas que estavam anteriormente a dirigir os desígnios científicos dessa escola voltaram, tendo-se criado uma situação curiosa. Toda a geração de gente nova, que não se revia no projecto científico que eles representavam, foi obrigada a sair e procurar novos espaços.

Portanto, os finais dos anos setenta, início dos anos oitenta, foram um período de criação de toda uma série de novos departamentos e de reconstituição de departamentos que já existiam anteriormente. Se formos ver hoje o departamento do ISCSPU – que era o único departamento universitário de antropologia na altura – constatamos que há uma continuidade nos corpos docentes. Se, por outro lado, formos ver o que aconteceu ao Museu de Etnologia fundado por Jorge Dias, encontramos algo de muito semelhante; há uma continuidade grande, que só vem a terminar nos meados dos anos oitenta com a entrada de uma nova direcção. Vamos verificar que também no Museu e Laboratório Antropológico de Coimbra houve uma continuação, se bem que aí menos prolongada, e iniciou-se nos meados dos anos oitenta um processo de renovação, de alteração de projecto.

Portanto, o que isto significa realmente é que o período que se segue ao 25 de Abril é um período de enorme conflitualidade, na antropologia tal como em todas as ciências sociais portuguesas. Muito particularmente na antropologia, os anos oitenta são anos em que há projectos sobrepostos. Já nos anos noventa vamos encontrar uma espécie de nova consensualidade. E a minha proposta é que, mais uma vez, a situação geopolítica afecta a maneira como nós pensamos a nossa disciplina: não podemos concebê-las separadamente.

A entrada de Portugal na CEE e todo o processo de crescente coerência de regime que observámos na sociedade portuguesa, resultante de uma espécie de “acordo” em torno de um projecto social que todos mais ou menos abarcámos – todo esse processo está ligado à maneira como acabámos por encontrar mais bases comuns para um diálogo científico. Assim, até o próprio processo de ligação entre antropologia física e antropologia socio-cultural sofreu alterações e tem vindo ultimamente a estar sujeito a uma série de diálogos de aproximação interdisciplinar. O Departamento de Antropologia de Coimbra tem tentado representar esse diálogo – uma tentativa de criar pontes de interdisciplinaridade entre duas “antropologias”, que realmente, de “antropologia”, já só têm o nome. Porque a antropologia física é um agregado de pessoas que se originam nas ciências médicas, na biologia, na zoologia, na genética humana, na paleontologia, que têm diferentes interesses, mas que se cruzam no estudo da pessoa física humana. Já, por outro lado, a antropologia socio-cultural vai encontrar uma integração teórica e temática muito diferente, radicada nos grandes teóricos das ciências sociais.

Se observarmos o aspecto da constituição institucional da disciplina, vemos que, no presente momento, nos achamos numa situação um pouco surpreendente, porque a antropologia em Portugal está em expansão, e em particular o seu ensino ao nível universitário. Lembrem-se que em 74 havia um único departamento de antropologia. Hoje, existe o ISCSP, o departamento de antropologia da Universidade Nova de Lisboa (que foi o departamento que foi formado logo de seguida pelas pessoas que saíram do ISCSP e outras que a elas se agregaram entretanto), o ISCTE (que foi um departamento constituído por pessoas algumas das quais estavam ligadas anteriormente à Universidade Nova de Lisboa), o departamento de Coimbra, que tem uma licenciatura em antropologia também, a Universidade Fernando Pessoa, aqui no Porto, igualmente com uma licenciatura em antropologia, e sei que na Universidade de Évora está em processo de lançamento uma outra licenciatura. Portanto, o que constato é que se produzem mais antropólogos em Portugal, hoje, do que jamais se produziram. E isto é algo de surpreendente, porque, ao mesmo tempo, temos de perguntar em que medida é que a antropologia tem conseguido afirmar-se ao nível das saídas profissionais e no plano da participação nos processos de constituição da sociedade portuguesa. Isto é, em que medida é que a antropologia tem vindo a constituir-se como um saber que vai deixando marcas na evolução da sociedade portuguesa, em particular em relação ao aparelho do Estado.

Ora, a verdade é que a antropologia tem crescido como disciplina científica, mas tem tido muito pouca presença no seu diálogo com a sociedade. E mesmo essa presença tem sido algo problemática. Vejamos: os esforços que foram feitos nos finais dos anos setenta para a inserir ao nível do ensino secundário falharam. Nessa matéria encontramos-nos numa situação deplorável. Por exemplo também,

ao nível de uma área que se está a abrir, e que é da maior importância, a do planeamento regional, local e municipal (uma área em expansão, que vai exigir mais e mais esforços e pessoas no futuro), a antropologia não tem sabido marcar presença como deveria ter feito. Poderia dar outros exemplos: a cooperação internacional é um deles. A cooperação não tem sido acompanhada pela disciplina como deveria ser. Isto é surpreendente, porque temos consideráveis capitais antropológicos em Portugal em termos de pessoas, e é estranho que não haja uma capacidade de “vender”, por assim dizer, o “nosso produto”. Devo afirmar isto, não com ciúmes, mas com alguma tristeza: os geógrafos souberam fazê-lo. E digo isto aqui porque uma das funções de órgãos com a APA e a SPAE é também a de encontrar os meios desses cruzamentos, desses intercâmbios de interesses que levam as pessoas a agir conjuntamente.

A verdade é que a antropologia portuguesa tem tido um papel importante na criatividade ao nível do sistema educativo nacional. No presente momento várias instituições de ensino superior recém-formadas são lideradas por antropólogos. O meu papel de promotor da Universidade Atlântica não foi, de forma alguma, único. Se, por um lado, é verdade que a antropologia está muito presente ao nível das novas instituições que estão a surgir, e que estão a absorver a juventude e a ensiná-la, a realidade é que não há um projecto conjunto. E porquê? Creio que a razão é clara, e que resulta de todo esse processo de conflitualidade inter-geracional que se viveu nos anos oitenta e que tornou muito difícil aos antropólogos dessa época definirem o seu espaço de forma conjunta. Os primeiros esforços da APA – que tive a honra de liderar, como primeiro Presidente – foram muito marcados por uma tentativa de conseguir esse diálogo e superar um impasse... mas essas coisas exigem sempre tempo.

Gostava agora de vos falar um pouco dos novos caminhos que estão a abrir-se na antropologia portuguesa actual. Em primeiro lugar há que observar que algo unia a geração cujos projectos científicos foram instituídos depois do 25 de Abril, em relação à geração anterior. E esse algo era uma preocupação de natureza identitária com uma redefinição do conceito de povo português. Esta noção é muito importante. Herdámos-a não do Estado Novo, mas da 1ª República. É aí que surge esse discurso auto-identitário sobre o “povo português”. A primeira geração depois do 25 de Abril está a dialogar directamente com o que se tinha feito antes, muito particularmente com as obras de Jorge Dias. As duas grandes obras de Jorge Dias são os dois pólos maiores de referência da antropologia portuguesa da 1ª metade do séc. XX; outros, não havia. Não me estou a esquecer da figura de José Cutileiro, pois, em Portugal, o seu impacte é posterior ao 25 de Abril (é um livro de 71, mas é só publicado cá depois de 1974). Aliás, mais uma vez, Cutileiro responde a muitas das preocupações que J. Dias posicionava. É um estudo que tenta demonstrar que a tese de uniformidade comunitária herdada da etnologia do

período republicano, não se verificava numa boa parte de Portugal. Portanto, as preocupações que vamos ver surgir (e já estão presentes em Cutileiro e em dois outros autores que vão influenciar a nova geração, Joyce Riegelhaupt e Collette Callier-Boisvert, que fazem pequenos estudos sobre Portugal e vão deixar-nos uma herança em termos de problemáticas abordadas. A nova geração tem a vocação de fazer o re-estudo do povo português. E não é por acaso que a maior parte dos trabalhos que são feitos e acabam por ser publicados nos meados dos anos oitenta são estudos sobre zonas rurais do Norte. Nesses trabalhos, encontramos uma grande preocupação com problemas de desigualdade social, acompanhada de um diálogo constante com a temática do comunitarismo, do igualitarismo social. A este diálogo constante vêm-se agregar duas novas preocupações. Uma, é a questão do género, que marca a antropologia dos anos oitenta: isto é, como é que as problemáticas de género se repercutem em formas de reprodução de desigualdade, nomeadamente, por exemplo, todo o debate sobre a “ilegitimidade” e outros temas que a ele estiveram ligados. E o outro aspecto, é o da organização doméstica, particularmente da residencialidade, que foi algo que preocupou imenso todos nós durante essa década de oitenta, associado a um diálogo com a história social. Aqui, figuras como Robert Rowland não podem ser esquecidas. Tiveram um papel fundamental. As problemáticas de história social vieram dar azo a todo um estilo de prática da antropologia que a geração dos anos noventa toma como ponto assente. A utilização de documentos escritos, a inserção de análises estruturais em contextos históricos de continuidade, alguma preocupação com uma relação entre o macro e o micro, o situacionamento de análises contextuais etnográficas em formas de análise mais “macro” tudo isto foram aspectos que ficaram como marcas permanentes. E quando leio o que os mais jovens estão a produzir e começam a publicar, verifico que estes pontos de referência são pontos adquiridos.

Nos anos noventa, vamos encontrar uma antropologia diferente, mais marcada por preocupações com o urbano, com o estudo de povos fora de Portugal, uma antropologia mais aberta a um diálogo com o estrangeiro. Realmente, nos meados dos anos oitenta, ocorre algo de curioso que vai marcar muito do que está hoje a ser feito. Toda a problemática sobre o camponês, sobre o campesinato, de repente parece perder a sua relevância. Como é que toda esta linha de discurso perdeu a sua relevância tão subitamente? A única resposta possível é que, mais uma vez, foi porque a sociedade portuguesa se alterou profundamente. Os anos oitenta foram anos de grande mudança na sociedade portuguesa e a nossa noção do que é o povo português alterou-se. A problemática da existência de elites *versus* povo está em processo de alteração. E a diferenciação, que era tão marcada ainda no início dos anos oitenta entre um mundo rural essencialmente camponês e um mundo urbano essencialmente burguês, essa diferenciação está em processo

de desvanecimento. Quando lemos etnografias recém publicadas, como a de Miguel Vale de Almeida ou outras ainda mais recentes, vamos ver que a problemática do campesinato não se levanta, até porque há uma espécie de suburbanização do campo, muito marcada também pelo novo acesso das populações rurais aos *mass media*. Refiro aqui algo que se passou comigo e que, para mim, foi muito marcante, a certa altura, quando estava a fazer trabalho de campo nos finais dos anos setenta em Ponte da Barca. A minha mulher era de língua inglesa e falávamos inglês em casa. Os vizinhos achavam isto muito curioso; era um tema de diálogo constante, o de falarmos uma língua que eles não percebiam e achavam estranha. Um dia à tarde apareceu-me uma senhora a correr: “Ó Joãozinho, venha aqui ver uma coisa”. E eu lá fui a casa dela: “É para ver esta gente na televisão que fala uma língua muito bonita.” Tratava-se de uma ópera. E aquelas pessoas achavam aquilo uma “língua muito bonita”! Isto, hoje, seria totalmente impossível. Não há actualmente ninguém em Portugal que, confrontado com uma cena de ópera na televisão, pense que “aquilo” é uma população que fala uma língua diferente.

Este exemplo mostra que houve uma profunda alteração na relação entre as elites e as populações rurais. Ora, essa alteração reflete-se na nossa prática antropológica, naquilo que nós podemos presumir que as pessoas não sabem e que lhes vamos contar. Porque, quando escrevo uma etnografia, tenho sempre um parceiro mudo, por detrás do que eu escrevo está sempre aquela pessoa que eu quero informar. Eu vou tentar não lhe dizer aquilo que ele já sabe. Esse exercício de auto-crítica constante que faço ao tentar tornar-me interessante, dizer coisas novas, ou escrever algo que as pessoas não sabem, tem implícito aquilo que eu sei sobre o que as pessoas à minha volta são. Assim, a antropologia portuguesa mais recente está muito marcada por isso. E quando lemos os textos que eu e os meus colegas escrevíamos nos princípios dos anos oitenta e os que estão hoje a ser escritos (até sobre as mesmas regiões) vemos que há uma insidiosa alteração na maneira como referimos este *continuum* cultural entre o campo e a cidade (que sempre foi um *continuum* cultural), mas que na altura era bem mais marcado do que hoje é.

Ao mesmo tempo há também algo de curioso, que é a inserção da disciplina num contexto internacional. A internacionalização do discurso científico nas ciências sociais em Portugal não foi feita de forma fácil nos anos oitenta. Ainda era um problema. Hoje, nos anos noventa, parece não ser. Acho isso muito interessante. A minha opinião é que quanto mais marginal é uma comunidade científica nacional no contexto global, mais problemática é a sua internacionalização. Porque, por um lado, mais difícil é a confrontação entre os discursos hegemónicos a nível global e os discursos científicos locais, e, por outro lado, mais problemático é o contacto. Ora, Portugal tinha vivido um período prolongado de isolamento em relação ao discurso científico internacional. Os antropólogos que pensavam de

uma forma um pouco mais vanguardista não tinham representação em Portugal antes de 1974. Tinham dificuldade em ser publicados. Não se podia leccionar tais ideias. De repente surgiu, nos anos oitenta, a possibilidade de ter acesso aos meios científicos internacionais. E houve que fazer um “trabalho de sapa” muito difícil, que envolveu muita gente e implicou mesmo alterações de projectos de vida. As pessoas tiveram que alterar a sua maneira de pensar, a sua biblioteca, até as línguas predominantes em que falavam (porque houve pessoas que tiveram mesmo que aprender inglês à força, o que é uma coisa obviamente difícil). Todo esse processo, nos anos oitenta, foi um processo conflitual. Hoje, isso está resolvido; e eu acho que isso é um triunfo importante.

Como Secretário da Associação Europeia de Antropólogos Sociais (que deixei de ser há dois meses) constatei que antropólogos portugueses dos anos noventa estão inseridos no diálogo internacional, como quaisquer outros. Em relação até a outras comunidades europeias, dir-se-ia que estamos bem posicionados: em relação aos italianos, por exemplo. Em relação aos espanhóis, não vamos estando mal, apesar de sermos tão pequeninos. Em relação aos irlandeses, estamos bastante bem. Enfim, creio que a integração do discurso antropológico português no contexto internacional já ocorreu e está em processo de reprodução. Vejam que quando organizámos o primeiro colóquio da Associação Europeia de Antropólogos Sociais, em Coimbra, em 1990, havia muito poucos antropólogos portugueses presentes; contavam-se pelos dedos da mão. Enquanto que, em 1996, em Barcelona, estiveram mais de uma dezena. Portanto, foram seis anos em que a disposição da disciplina em relação ao diálogo internacional se alterou profundamente.

Ainda no que respeita à etnografia da sociedade portuguesa, temos vindo a observar uma alteração nas temáticas. A tradicional ênfase sobre o Norte vai dando azo a uma maior dispersão. Hoje em dia há gente a trabalhar em quase todas as cidades, em quase todos os concelhos de Portugal; houve uma muito maior difusão. E houve sobretudo uma ênfase num estudo marcado por problemáticas; isto é, em vez do antropólogo ir fazer um “estudo de comunidade”, mais e mais o estudo de comunidade está marcado por problemáticas que limitam e dirigem a elaboração do seu trabalho. Notem, não estou a sustentar que tenha deixado de existir etnografia, pelo contrário; considero que a etnografia com observação participante continua viva e os nossos alunos de pós-graduação gostam imenso dela. O que não podemos é associá-la a um estudo de comunidades enquanto entidades limitadas. A própria difusão dos meios de comunicação e a maior acessibilidade de todo o tecido social português está visível nessa maior dificuldade que os antropólogos estão a ter em se limitar a estudar especificamente um contexto local; e, portanto, na prática da observação participante, a opção por temáticas que permitem essa espécie de comparação e maior alargamento, torna-se vinculativa.

Finalmente, a etnografia virada para o estrangeiro. Em Portugal, vivemos algo como um trauma. Tínhamos todo um aparelho de produção de conhecimento científico virado para África, que, de repente, foi interrompido. Não havia condições depois do 25 de Abril para esse projecto se manter. E não tínhamos prática, nem treino, em estudos noutras regiões. Os anos oitenta foram anos em que nós vimos produzirem-se trabalhos – até alguns com bastante interesse – sobre África, mas que resultavam de projectos iniciados no período antes do 25 de Abril. Nos anos oitenta quase não produzimos etnólogos virados para o que se poderia chamar uma “etnografia do exótico”.

De repente, mais uma vez ligada a essa alteração dos finais dos anos oitenta, e que se articula com a entrada de Portugal na CEE e com uma nova perspectiva de Portugal no contexto geopolítico, surge uma série de gente a trabalhar no estrangeiro. Eu próprio fui levado a fazer trabalho em Macau, Rosa Perez na Índia, Cristiana Bastos a trabalhar sobre a sida no Brasil, outros na Guiné, outros em Malaca, mais recentemente em S. Tomé; enfim, há, nos dias que passam, toda uma bateria de gente no país a fazer uma antropologia do “mais distante”. Isso é um dos sinais de maturidade científica de que a nossa antropologia está a sair do discurso marcado por preocupações políticas de natureza identitária e a alargar-se a um projecto mais ambicioso do ponto de vista científico.

Mas chamo a atenção para o facto de que, ao dizer isto, tenho uma reserva. Se forem ver, os sítios onde nós estamos a trabalhar são quase todos locais que estiveram associados ao império colonial português. E isso, por várias razões. Trata-se de um bom exemplo de como os nossos interesses se conjugam com os constrangimentos objectivos, no sentido de irmos todos na mesma direcção. Realmente, do ponto de vista político-financeiro, para um português, não é muito fácil ir fazer trabalho para a Polónia, para o Cazaquistão ou para o Alasca. Assegurovos que se quiserem pedir ao programa PRAXIS XXI do Ministério da Ciência e Tecnologia, um projecto sobre os Esquimós do Alasca, são capazes de não ter muita sorte. Enquanto que se pedirem para ir estudar a elite lusófona de Goa ou uma elite administrativa de Macau (como foi o meu caso), ou uma comunidade de pescadores lusófona em Malaca, nuns casos vão encontrar apoio. E mais: se calhar vão estar até mais interessados, têm a sensação de que se trata de um conhecimento que diz coisas que vocês próprios queriam saber.

Portanto se, por um lado, a expansão ou o alargamento a novos campos da antropologia portuguesa continua marcada pelos nossos interesses e pela nossa posição geopolítica, aí também houve uma grande alteração nas maneiras como a elite científica vê o trabalho fora de Portugal. Vou dar dois exemplos pessoais que considero importantes.

Um, foi quando entrei no Instituto de Ciências Sociais, e o malogrado Prof. Sedas Nunes (que era uma pessoa, cientificamente, do mais alto valor, interessan-

tíssima, e por quem tenho o maior respeito) me disse que eu era admitido com a condição de ir trabalhar, como ele dizia, sobre o “rectângulo”. Ele sustentava que cientistas sociais portugueses a trabalhar “fora do rectângulo” era um desperdício de meios financeiros e científicos. Não nos podíamos dar a esse luxo. Não estou a tentar menosprezar a visão científica de Sedas Nunes, estou a tentar dizer que, naquele contexto, no princípio dos anos oitenta, para os portugueses de então, estudar outros países e outros sítios, era uma perda de esforço e de dinheiro. Mais tarde, tivemos o mesmo debate, nos princípios dos anos noventa, no âmbito do lançamento do “Praxis XXI”. E aí já não ocorreu a mesma coisa. Lembro-me de alguém comentar: “mas então vai-se dar uma linha de financiamento para trabalho fora de Portugal? Mas, isso não é um desperdício?”. E o Jorge Gaspar levantou-se e disse: “é preciso, porque senão não há uma comunidade científica completa.” Acho que o exemplo que ele dava até era a Polónia. Portanto, houve uma alteração da maneira como nós vemos a nossa situação geopolítica, e isso refletiu-se no trabalho das pessoas que hoje estão a “fazer terreno”.

Finalmente – e agora mesmo, sim, finalmente – gostava de vos dizer algo sobre a antropologia no panorama científico, a nível mais geral. Com o fim da Guerra Fria, verificou-se a nível mundial uma lenta e progressiva alteração nos processos de subsídio às ciências. A primeira pessoa que ouvi chamar a atenção para isto foi Moscovici, um psicólogo social francês, quando veio a Lisboa há uns cinco anos atrás. Durante a sua palestra, chamou a nossa atenção: “olhem que vem por aí uma grande mudança que está ligada ao fim da Guerra Fria”. Realmente, na minha opinião, verifica-se que o argumento dele era válido. Houve uma grande mudança. No período anterior ao fim da Guerra Fria (todo o período que vai do fim da Segunda Guerra Mundial aos meados dos anos oitenta) a ciência era, para efeitos de defesa nacional, um valor em si. Isto é, para os Estados Unidos, a França, a Inglaterra, ou Portugal (em mais pequenino) o desenvolvimento da ciência nacional como um todo era vista como algo de bom, algo que potencializava o país. Era um capital, que permitia melhores meios de defesa, melhor posicionamento em contextos internacionais. Depois do fim da Guerra Fria, há um reestruturar de todo o processo de subsídio às ciências. Para os grandes estados centrais, e progressivamente para os estados mais marginais, subsidiar as ciências, enquanto tal, deixa de ser um valor. Para os políticos americanos de hoje, o progresso da ciência nacional (ciência concebida como conhecimento utilizável) não constitui um valor em si. E começamos a ver crescentemente, por um lado, um “puxar” do subsídio à ciência para as entidades do foro privado. O Estado vai “puxando” o subsídio à ciência para as grandes empresas privadas. E fá-lo de uma maneira dupla. Por um lado, esperando que elas façam investigação, criando contextos para que a façam, encorajando-as; por outro lado, subsidiando-as para que elas adquiram tecnologia inovadora. Se olharem para as verbas do programa

PRAXIS XXI, vão ver que a fatia principal não é para as universidades, não é para os institutos de investigação, é para as empresas que, por sua vez, se espera que façam ciência.

Ao mesmo tempo, há uma progressiva alteração nas formas de subsídio por parte do Estado às Universidades e aos corpos de investigadores científicos, no sentido de criar e de inculcar formas de subsídio dirigidas a temáticas particulares politicamente definidas enquanto temáticas importantes. Assim, criam-se grandes projectos subsidiados que vão delimitar e direccionar o desenvolvimento da ciência. Em França, por exemplo, isto é muito visível, com as tentativas repetidas, e felizmente não muito bem sucedidas, de ou fechar ou alterar o CNRS no sentido de o Estado redirigir as políticas de subsídio e de permitir canalizar os subsídios para áreas de problematização por si definidas.

Como é que a antropologia em Portugal se situou neste âmbito? Quero deixar-vos isto aqui, mais como uma sugestão, para que todos sobre ela venhamos a pensar, do que propriamente como uma solução, porque não conheço solução para ela. Mas sei que neste âmbito, até agora, a antropologia portuguesa se tem posicionado relativamente mal. Tem-se prendido muito a uma tradição de investigação ligada à obtenção de graus académicos e não tem sabido explorar os meios valiosíssimos que são postos à disposição dos investigadores por agências nacionais e internacionais, para fazer investigação sobre temáticas particulares.

E vocês podem dizer: “mas tu acabaste de indicar que o subsídio dirigido para temáticas particulares não era necessariamente uma coisa que vias com bons olhos, e agora estás a dizer que os antropólogos deviam fazê-lo”! É que, como disse, no mundo em que vivemos, crescentemente, as verbas para o desenvolvimento científico estão ligadas a formas de financiamento dirigido para problemáticas pré-definidas. Portanto, a antropologia tem de saber encontrar o seu lugar aí dentro, se quiser sobreviver como uma disciplina activa, rejuvenescida e forte. Se formos ver em que medida é que os geógrafos e os antropólogos se posicionaram em relação às vastíssimas verbas para a investigação que a União Europeia tem disponibilizado a Portugal, verificaremos que os antropólogos não têm sabido corresponder a este desafio. Desafio que está aí para ficar.

Assim, gostava de acabar dizendo o seguinte: por um lado, temos uma disciplina viva, muito viva mesmo. Temos um grupo de jovens antropólogos cujo trabalho a nível internacional está a ser reconhecido como valioso; temos um corpo universitário de gente cada vez mais jovem; temos instituições que estão em crescimento. Soubemos fazer a renovação das nossas temáticas e encontrar uma antropologia marcada pelas problemáticas dos nossos dias. Mas não estamos a saber muito bem “vender o nosso produto”. Ora eu creio que isso é uma questão importante. Temos que nos juntar todos, ultrapassando esse período de conflitu-

dade inter-geracional que se viveu nos anos oitenta e sabendo encontrar uma maneira de meter outra vez a antropologia nas escolas, de meter a antropologia nos grandes projectos de renovação através dos quais se está a repensar a sociedade europeia.